



### Sistcon realiza audiências de conciliação por videoconferência

O Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (Sistcon), coordenado pela desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, deu início, na última quinta-feira, dia 9 de abril, à realização de audiências de conciliação por videoconferência para a solução de conflitos entre a Caixa Econômica Federal e mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

O projeto teve início com processos oriundos da Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMG) e, em breve, terá continuidade com litígios provenientes de outras seccionais integrantes da 1ª Região.

### Primeira Região na WEBTV traz matéria sobre a primeira sessão da Câmara Regional Previdenciária da Bahia

O programa Primeira Região na WEBTV desta semana apresenta reportagem sobre a primeira sessão da Câmara Regional Previdenciária da Bahia. O presidente do TRF da 1ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, esteve presente e conduziu a solenidade que marcou o início dos trabalhos do novo órgão.



Veja também a reunião do Comitê Institucional do Planejamento Estratégico do TRF1 que discutiu projetos que deverão compor o plano de ação de 2015 a 2016.

O link do programa é enviado por e-mail a todo o corpo funcional da 1ª Região. Essa e as edições anteriores estão disponíveis no Portal do Tribunal, em “ComunicaçãoSocial/Imprensa/PrimeiraRegiãoWeb”.

### CNJ dá parecer favorável à criação de cargos e à reestruturação de TRFs

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, no dia 7, a emissão de parecer favorável a anteprojeto de lei elaborado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que cria novos cargos de juiz de Tribunal Regional Federal (TRF). O texto ainda altera a composição quantitativa e cria cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança nos TRFs. No total, a proposta prevê a criação de 82 cargos de juiz, 1.594 cargos efetivos, 283 cargos em comissão e 527 funções comissionadas para os cinco TRFs.

A despesa prevista com a criação dos cargos é de R\$ 266.914.385,34 para o ano de 2015. A necessidade de emissão de parecer do CNJ sobre anteprojeto de lei encaminhados por tribunais para criação de cargos, funções e unidades no Poder Judiciário está prevista na Resolução nº 184, que dispõe ainda sobre os critérios a serem seguidos na análise dos pedidos. O parecer do CNJ é feito a partir de avaliações técnicas emitidas pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário e pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, que fazem parte do Conselho.

No âmbito do TRF1, está prevista a criação de 990 (novecentos e sete) cargos e funções, sendo 33 (trinta e três) cargos de juiz de TRF, 637 (seiscentos e trinta e sete) cargos efetivos (365 – trezentos e sessenta e cinco – de analista judiciário e 272 – duzentos e setenta e dois – de técnico judiciário), 110 (cento e dez) cargos em comissão (33 – trinta e três – CJ-3, 68 – sessenta e oito – CJ-2 e 9 – nove – CJ-1) e 210 (duzentas e dez) funções comissionadas (84 – oitenta e quatro – FC-5, 87 – oitenta e sete – FC-4, 4 – quatro – FC-3 e 35 – trinta e cinco – FC-2).

Segundo relatório da conselheira Maria Cristina Peduzzi, o Departamento de Acompanhamento Orçamentário entendeu que a criação dos cargos satisfaz requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei Orçamentária de 2015. [\[Leia mais\]](#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Assessoria de Comunicação Social  
ascom.trf1@trf1.jus.br  
(61) 3314-5379